

A GUERRA GUARANÍTICA: A REBELIÃO COLONIAL NAS MISSÕES

Júlio R. Quevedo*

1. INTRODUÇÃO

O nosso interesse pelo estudo da Guerra Guaranítica aumentou quando encontramos em *Rebeliones Indigenas en la America Española, de Angel Barral Gomes, a seguinte afirmação.*

"Caso muy distinto es el que plantean las guerras guaranílicas del Paraguay generadas a raíz de los tratados de limites firmados entre las Cortes de España y Portugal a mediados del siglo, en los que se vieron involucradas sin desealarlo las famosas misiones fundadas por los padres jesuitas, cuyo desarrollo y evolución no haria mas que agravar y acelerar la expulsión de la Compañía de Jesus de todos los territorios hispanicos". (BARRAL GOMES, Angel. *Rebeliones Indigenas*; vide também 88. 252-60).

* Professor Assistente da Universidade Federal de Santa Maria; Mestre em História pela PUC-RS; Doutorando em História na Universidade de São Paulo (USP); Pesquisador do Centro de Estudos Missionários do Campus Santa Rosa – UNIJUÍ; Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga.

Nesse sentido procuramos entender as razões da Guerra enquadrando-a como uma rebelião indígena da América Espanhola e fundamentalmente ampliando seu conceito enquanto contestação as medidas autoritárias da Corte Espanhola.

Por isso, vejamos o que *distingue* a Guerra dos guarani-missioneiros, no conjunto das rebeliões indígenas.

As décadas de 50 e 60 do século XVIII marcam uma profunda crise de relação entre os reis ibéricos e os jesuítas, ocorrendo uma ruptura no projeto missionário empreendido pelos jesuítas. Essa dificuldade de relação esta relacionada a uma série de transformações nas sociedades ibéricas, em sua estrutura política.

O projeto missioneiro organizou-se no seio da monarquia espanhola dos Habsburgos, que delegavam autoridade aos padres missionários mas jamais o poder. Entretanto, isso possibilitou a liberdade e a autonomia que as Missões tiveram no Sistema Colonial Espanhol.

Sob esse prisma a experiência foi criada e expandiu-se ao longo do século XVII. Ela emergiu do Barroco, numa época de crença nas leis divinas protagonizando os embates da Contra-Reforma Católica. O Estado Absoluto Espanhol dessa época tinha seus limites estabelecidos na eficaz aliança com a Igreja, propagador da fé católica. Os jesuítas, como sustentáculo do Papismo, defendiam acirradamente o poder real, enquanto ratificado pelo Papa.

Devido à aliança Estado-Igreja, o exército de frades crescia espantosamente nos limites do Estado Espanhol.

No começo do século XVIII ocorre um fator redefinidor das arcaicas formas de poder na Espanha, sucumbe a dinastia dos Habsburgos e ascendem ao poder os reis da dinastia Bourbon.

Os Bourbons trouxeram à Espanha a marca da reforma, com o objetivo de inseri-la na modernidade que ora se apresentava. Essas reformas diziam respeito a racionalização do aparato burocrático, combatendo o marasmo administrativo, o peso tradicional da nobreza parasitária e do clero retrógrado e possibilitando um novo espaço econômico à classe mercantil.

A experiência missioneira foi desarticulada, mediante as vicissitudes do Estado Absoluto, em sua instância despótica. A ação colonialista dos jesuítas perde o sentido na reordenação política das Coroas Ibéricas do século XVIII.

Na Espanha, a proposta centralista dos reis Bourbons e em Portugal, as ações despóticas de D. José e seu primeiro ministro demonstram a intenção das autoridades em redimensionar o poder real, através de uma

excessiva concentração de prerrogativas nas mãos do Chefe de Estado. As luzes do século XVIII acendiam-se, para justificar um poder real renovado, ao passo que se apagavam numa acentuada negação da tradição, através da contestação às prerrogativas do poder papal.

As luzes vão projetando um novo saber, como uma face da luz, homem a homem, de povo a povo, para desterrar as sombras da ignorância. A crítica à Igreja dava-se em função do seu aspecto supersticioso, irracional, apego aos valores mundanos com a suntuosidade do poder papal. A nova ordem dinástica seria aquela incumbida de descobrir às sobras do passadismo, da irracionalidade, libertando o povo, inserindo o Estado numa perspectiva de futuro.

As críticas voltam-se à Companhia de Jesus, por ser esta composta de padres que defendem as prerrogativas do poder papal. Estes recusavam, incondicionalmente, qualquer democracia nos séculos XVI e XVII, na medida que recuperavam a tradição feudal-conservadora do governo universal da Igreja Católica.

Logicamente, os governos despótico-absolutos preocupavam-se com o ideário jesuítico, posto que neste estava intrínseco um profundo questionamento sobre a origem do poder. Antinomicamente, os jesuítas eram os soldados do Papa, em terra de progressiva laicização do poder. A tática mais acertada na autodefesa do ideário despótico absolutista, na busca da legitimidade, foi inculcar a idéia de que os jesuítas subvertiam a ordem, não contribuindo para o bem comum, princípio que fundamentava a nova ordem despótica.

Portanto, o antijesuitismo encontraria campo seguro de atuação. A reestruturação na forma de conceber o governo e administrá-lo, desencadeia, uma ferrenha oposição entre a Coroa e a ordem dos jesuítas. Se estes padres são os soldados do Papa, isso significa que além de serem o braço direito, apelariam para a legitimidade do poder papal.

Na Nova ordem, o monarca nega as tradições e anacrônicos costumes, procurando um ritmo diferente de governar, mais de acordo com o ser moderno, a modernidade. Mas, não perde de vista a essência do poder, residindo, aí, as reformas do Estado, que atingiam os súditos. Um fragmento das luzes era lançado sobre os fiéis vassalos. Os monarcas bourbônicos, na Espanha e D. José I, em Portugal, imbuídos do espírito crítico inquietante da sua época e da necessidade de modernizar os respectivos impérios coloniais, tratavam de fazer reformas, dentro da concepção de progresso do povo, para o povo, mas sem o povo. Assim, o monarca apresentava-se, nesse contexto, como o primeiro servidor do Estado. Para que tal ato ocorresse de

maneira eficaz, ele tinha a obrigação de ilustrar-se, pois o conhecimento e a reflexão racional apresentar-se-iam como os sustentáculos que legitimariam a sua capacidade administrativa.

Através dessa nova concepção, o rei é, ao mesmo tempo, legislador, juiz e executor supremo, responsável por seus atos perante Deus e o povo, e de todas as maneiras, preocupar-se-ia em sobrepor-se ao poder papal. As expulsões dos Jesuítas de Portugal (1759) e Espanha (1767), são fatos de uma única face, aquela que ratifica a idéia onde o rei manda, governa e administra. Ora, se os jesuítas representam um desafio ao poder do Estado, nada mais natural do que alijá-los do poder. Esta é a ótica dos governos monárquicos despóticos-absolutos ibéricos, do século XVIII. Assim, subordinavam-se a Igreja ao Estado numa alusão a europeização e modernização das Coroas Ibéricas.

A razão triunfa sobre a tradição. Esta é a síntese do ideário despótico sendo depreendido dos atos dos governos naquele momento. Os jesuítas são acusados de terem erigido um Estado dentro do Estado, infectando a nova ordem com projetos perniciosos que viciavam a soberana vontade do monarca. Daí, as ações dos padres serem classificadas de crime de lesa majestade. Na verdade, desviava-se, do centro das atenções, o caráter fundamental do discurso despótico, qual seja, almejava-se consubstanciar as regalias majestáticas. Inculca-se, no discurso, o principal dever do soberano, qual seja, resguardar e garantir o bem público, onde o monarca é concebido como o primeiro e único responsável pelo seu sucesso. Daí, qualquer ação justificava-se.

Neste sentido, procurou-se justificar a razão fundamental do insucesso da execução do Tratado de Madri apresentado numa linguagem de oposição aos jesuítas. As forças antijesuítas atribuíram aos padres a responsabilidade do insucesso do acordo de 1750; entretanto, após a assinatura do tratado, inverte-se a situação política nas Cortes Ibéricas, sendo possível inferir que, nem mesmo, as tais forças faziam muita questão da execução do tratado. Porém, coube ideologicamente aos jesuítas a tendência de invadir o tratado.

2. LIMITES AOS AVANÇOS FRONTEIRIÇOS

Este tratado fixava a linha divisória, limitava-se as fronteiras, quer de Portugal quer da Espanha.

Principiando no Monte de Castilhos Grandes, seguia a linha pelos divisores de águas das bacias da Lagoa Mirim e do Rio da Prata, passando

pelas cabeceiras do Rio Negro e indo até as nascentes do Ibicuí para desembocar no Rio Uruguai, este acompanhando sua nascente até a nascente do rio mais próximo, desembarcando no grande rio de Curiótuba, também chamado Iguacú, indo de encontro ao rio Paraná e subindo até a foz do rio Iguarey. Do Iguarey, continuaria a linha ao encontro de sua origem principal e, dali, se buscaria a linha reta pelo rio mais próximo que desembocasse no rio Paraguai, subindo até a foz do rio Jauru.

Da boca do rio Jauru, pela parte ocidental, seguiria a fronteira em linha reta em direção à ribeira austral do rio Guapori; desse ponto em diante, traçar-se-ia uma reta que iria de encontro ao rio Guapori (na confluência do rio Sarará), continuando para o Rio Madeira que entra no Amazonas por sua ribeira austral, privativo dos portugueses. Do rio Madeira, igualmente luso, partiria uma linha reta leste-oeste, indo encontrar-se com a ribeira oriental do rio Jabari, descendo até a foz do rio Japurá. Subiria do rio Japurá à cadeia de montes que separa as bacias do Oreneco e Amazonas, prosseguindo em direção ao oriente, onde se estendia o domínio de uma ou outra monarquia.

Segundo o percurso hidrográfico, os impérios coloniais iam definindo seus domínios. Os lusos assenhoravam-se de um formidável território e garantiam a livre navegação e privatização do rio Madeira, por ligar-se com o Amazonas, ao mesmo tempo que coíbiam o avanço espanhol leste-oeste. Os espanhóis preveniam-se ante novas tentativas de expansão lusitana. Interessante este artigo encerra, de forma magistral, a questão da linha divisória com uma extensa e complexa redação, onde persiste o eixo geohistórico das expansões ibéricas. Nele, os espanhóis reconhecem possuir domínios despovoados, mas tratam de garantir juridicamente que os lusos-brasileiros não ousassem ocupar tais áreas, como o haviam feito; que aliás, essa é a própria história da conquista no final do século XVII e princípio do XVIII.

Para viabilizar a redefinição do espaço, na continuidade, tratariam de regular as questões inerentes ao traçado da linha divisória.

Entretanto, convém salientar três artigos (fundamentais na compreensão do espaço redefinido), os quais se referem respectivamente ao contrabando, a uma remota e primeira tentativa de ser criada uma zona neutra e a propugnação do equilíbrio definitivo entre as nações ibéricas e seus domínios.

No intuito de resguardar o espaço, de cortar as possibilidades de contrabando e de garantir o equilíbrio entre as Coroas, surge a polêmica questão da Zona Neutra. O que seria uma zona Neutra, senão a decorrência natural da tentativa de terminar-se com o contrabando, bem como servir de

indicativo para o propalado equilíbrio? Portanto, essa pode ser vista como a intersecção entre o contrabando fronteiriço e o equilíbrio ibérico, na medida que se apresentaria como uma zona tampão e contrabalançar forças, amortecedora de impactos. Revelava-se, assim, uma outra face de traçado geopolítico do tratado.

Nota-se que a Espanha ficava com a área portuária do Prata, enquanto Portugal com a terrestre, o interior, e grande parte da via hidrográfica, afluentes que desaguavam no Rio da Prata. Na extraterritorialidade dos portos espanhóis estava os portugueses, síntese da geopolítica da América Meridional.

Por fim, a redefinição do espaço só vingaria se as Coroas atingissem o fim maior, o equilíbrio, que norteou o tratado e deveria sacramentá-lo. As regras não podiam ser transgredidas nos domínios do ultramar.

No caso das Missões jesuítico-guaranis da mesopotâmia paraguaio-uruguaia, claro está a evidente reestruturação do seu papel e espaço. Note-se que os povoados repousavam numa área, agora, tida como neutra.

Historicamente, as Missões estavam na zona fronteiriça entre os impérios coloniais ibéricos. Na fronteira espanhola, havia avanços e retrocessos, e ela consolidou o papel histórico das Missões. Ora, o que acontece quando considerável parte da região deixa de ser fronteiriça e serve de limite à nação amiga? Evidente que tal região perde em parte, sua função histórica. Em parte, porque outros povoados paraguaios continuavam a exercer tal função, pois o Tratado mantinha a situação fronteiriça, recrudescendo-a. Algo que diversas vezes tentou-se definir, mas, só naquele momento, isso foi possível.

Por outro lado, a própria zona neutra também serviria como elemento balizador (procurando contrabalançar os impactos dos avanços fronteiriços historicamente estabelecidos) o que, por definição, estabelece-a como área que faz manutenção dos interesses ibéricos, qual seja o equilíbrio de forças entre os impérios opostos.

Nesta lógica, o papel beligerante das Missões Jesuítico-guaranis deveria ficar amortecido também em prol do propalado equilíbrio.

Por decisão, as Coroas conferiram papel primordial à região do Prata na manutenção da ordem vindoura.

Em suma, o tratado desencadeou uma crise generalizada nas relações Coroa-Missões, pois reestruturava o papel das mesmas. A crise acentuou-se no decorrer da aplicação do tratado, gerando uma violência entre guaranissionários e súditos luso-espanhóis.

O tratado não foi direcionado para as Missões. Aliás, seria muita pretensão pensar nisso, até mesmo porque o espaço missioneiro, entregue a Portugal, serviu como elemento de barganha.

O perfil do tratado demonstra uma reorganização generalizada dos territórios dos impérios coloniais ibéricos: na sua conclusão, uma redefinição do espaço missioneiro, inserido dentro de tal reorganização geral. O governo geral desencadeou a crise, a partir do momento em que as populações dos sete povoados perceberam que a reestruturação não seria tão benéfica como os tratadistas pensavam.

Portanto, a quem interessavam as relações cordiais e pacíficas, expostas na introdução do Tratado de Madri? Evidentemente que ao Estado Absoluto, porque era um momento de acerto político, onde delineiam-se, pela primeira vez, a integração do Cone Sul.

3. GUERRA GUARANÍTICA (1754-1756): A LUTA INDÍGENA

Após a assinatura do Tratado de Madri as Coroas Ibéricas almejavam a sua execução o mais rápido possível.

A parte mais difícil do Tratado era a sua execução. O artigo 16: estipulava a remoção da massa de índios tapes de seus "pueblos" para outras "terras da Espanha". Os portugueses tinham condicionado o recebimento das Missões livres dos habitantes.

Os jesuítas deveriam desocupar os Sete Povos conduzindo os guarani-missioneiros com suas famílias e seus bens (gado, ovelhas, cavalos, armas) para um lugar ignorado. Portugal receberia as povoações, com suas casas, igrejas, prédios comuns, celeiros, lavouras, estâncias, todas desocupadas, para alojar os povoadores portugueses. Iria se pagar pouca indenização.

Portugal e Espanha não se importavam de que forma seria feita esta transferência de 30 mil pessoas e 700 mil cabeças de gado. Eles acreditavam que 1 ano de prazo era suficiente para tal transferência.

Logo que os jesuítas tomaram conhecimento das medidas do tratado encaminharam um memorial ao vice-rei do Peru, pedindo que fossem sustadas pelo menos até que o rei recebesse informações sobre sua inaplicabilidade.

Foram nomeados 2 comissários para presidir os trabalhos de demarcação de novos limites e a execução do Tratado na região do Rio da Prata. Gomes Freire, Governador do RJ, MG e SP, representava Portugal, e o

Marquês de Valdelirios, a Espanha. O jesuíta Luiz Altamirano foi designado como comissário eclesiástico para supervisionar o cumprimento das estipulações do tratado pelos curas missioneiros.

Entretanto, segundo o superior das Missões, Mateus Strobel, nem em 5 anos seria possível a transmigração das Missões do Alto Uruguai, devido a resistência dos índios que já se definia.

Altamirano começou a forçar a transmigração. Convenceu os curas de São Lorenzo, São Luis e São Borja a saírem a procura de outros locais.

A vizinhança indesejável dos charruas desaconselhava as mudanças para muitas zonas livres. Finalmente decidiram se mudar para o sul do Ibicuí, nos campos das estâncias de Tapejú, São Miguel e São Nicolau.

Foi quando explodiu o levante dos guaranis de São Nicolau, chefiado pelo índio Cristobal Paica.

Quando Altamirano chegou em Japejú, em 15 de agosto de 1752, foi avisado por cartas dos curas que os índios não aceitavam a mudança. Vieram depois a notícia da revolta e um manifesto enviado pelos rebeldes dos Sete Povos prevenindo-os que iriam resistir às ordens reais.

Em 9 de outubro de 1752, tem início os trabalhos de demarcação de limites. Em 4 de março de 1753 os demarcadores interromperam os trabalhos e se retiraram diante das ameaças aos índios. Em 6 de abril Altamirano chegou a Buenos Aires fugindo das Missões, via Santa Fé. Ele relatou a Valdelirios que os tapes negavam-se a emigrar e já estavam em plena rebelião.

Em 20 de fevereiro de 1752 Valdelirios e Altamirano chegavam a Buenos Aires, onde se encontram com o Provincial da Companhia de Jesus no rio da Prata, Pe. José Barrera. Esse expôs as inconveniências da execução do Tratado de Madri e a necessidade de que a transmigração levasse ainda mais uns três anos, visto que eram mais de 30.000 pessoas e 700.000 cabeças de gado para migrarem. Além disso, ainda não havia espaço nos povoados missioneiros da Argentina para que pudessem ocupar. O Marquês de Valdelirios pensou que se tratava apenas de uma manobra para dilatar a execução do Tratado, por isso negou o tempo pretendido e garantiu-lhes três meses.

O Superior das Missões, Pe. Bernardo Nusdorffer, sagedor da decisão de Valdelirios, continuava ordenando e apressando aos guarani-missioneiros para que encontrassem o quanto antes lugar para se fixarem no Paraguai, ou Misiones de Corrientes.

Entre agosto e setembro o Pe. Altamirano percorre as Missões de Japejú, Santa Cruz, São Borja e São Tomé, com os padres Nusdorffer e

Strobel, no sentido de reafirmar aos indígenas de que a ordem real não podia ser questionada, tão somente cumprida. Caso isso não acontecesse os guarani-missionários deveriam esperar o pior.

No início de outubro o Pe. Altamirano ainda estava em São Tomé e vendo que os guarani-missionários resistiam fortemente à entrega dos Sete Povos, tomou a decisão de escrever uma circular para os padres missionários, dando conta que:

– nenhum jesuíta da província jesuítica do Paraguai poderia impedir por palavras ou ações o traslado dos índios missionários aos seus futuros lugares;

– os jesuítas não atrasassem mais o traslado sob o pretexto de ter de levar a colheita, ou qualquer outro motivo;

– todos os jesuítas que atuavam nos Sete Povos deviam atuar decisivamente no traslado dos índios, sem qualquer contestação;

– os missionários dos povos situados a oeste do rio Uruguai, deviam deixar suas paróquias para ajudarem no que pudessem o traslado dos Sete Povos.

Alguns dias após, ele enviou essas determinações aos padres curas de São Nicolau, São João, Sto. Ângelo e São Miguel e insistia que os missionários tinham a responsabilidade de manter os guarani-missionários dóceis e tementes ao soberano espanhol. Em novembro de 1753 teria início a transmigração.

Apesar de todos os esforços do Comissário e dos missionários, os índios de São Nicolau e S. Miguel continuavam resistindo. O Pe. Altamirano comunica ao Marquês de Valdelirios essa decisão dos índios. Conclusão: os guarani-missionários se revoltam e prometem assassinar o Pe. Altamirano que se vê obrigado a ficar em S. Tomé, impedido de ir para São Borja.

De S. Tomé continuava determinando aos padres curas o traslado. Aos poucos os missionários iam perdendo a credibilidade entre os seus índios cristãos a ponto de S. João e Sto. Ângelo declararem que não sairiam da sua região.

Concomitante a esses acontecimentos, Gomes Freire chega em Rio Grande, em abril de 1752, dando início aos trabalhos de exploração geográfica do território conquistado à Coroa de Portugal. Nesse sentido, passam a explorar o rio Jacuí e principiam a construção da tranqueira no Rio Pardo e de um depósito numa forqueta dos rios Taquari e Jacuí, originando mais tarde o município de Santo Amaro. Nessa área onde os portugueses se instalavam ficava as estâncias e os ervais de S. Lourenço e S. João.

Em outubro de 1752, Valdelirios e Gomes Freire assentam na praça de Castilhos Grandes (atual Uruguai), o primeiro marco da linha divisória. Começava definitivamente as demarcações dos limites entre Espanha e Portugal no extremo sul da América. O destino dos guaranis dos Sete Povos estava definido, teriam que ir embora, pois os demarcadores chegaram. Após, seguiram o limite da fronteira por India Muerta e Monte dos Reis. Santa Tecla ficaria para marco de 1753.

Os trabalhos demarcatórios continuavam sendo efetivados sem incidentes, a ponto de Gomes Freire se retirar para a Colônia de S. Sacramento e Valdelirios para Montevidéu.

No início de 1753 os Sete Povos viviam momentos de tensão. Os guaranis-missionários, sabedores que os demarcadores vinham chegando, estavam alvoroçados. A população de S. Nicolau ficava arraigada no princípio de não transmigrar.

Em meio a essa tensão, em janeiro, O Pe. Provincial dos jesuítas, José Barreda, ordena que os Sete Povos fossem entregues aos luso-brasileiros e que os missionários se limitassem a cumprir as ordens do rei, como sempre o fizeram.

Quanto ao Pe. Altamirano: passou a circular a informação entre os índios de que ele era um espião português, enviado para semear a discórdia. Isso levou os índios a planejarem um atentado contra ele. Por isso que não conseguiu avançar além de S. Tomé. Em fevereiro, percebendo a gravidade dos acontecimentos, ele fugiu para Santa Fé.

Em meio a uma onda de boateria, alguns índios transmigravam; mas a maioria não.

4. OS PASSOS DA GUERRA: O SUCESSO DE SANTA TECLA

Em 26 de fevereiro de 1753, a Comissão demarcadora luso-espanhola chega à região dos Sete Povos, nas paragens de Santa Tecla, posto da estância de São Miguel.

Ali, os demarcadores encontraram centenas de guarani-missionários armados e prontos a impedir que o trabalho demarcatório avançasse. Alguns dias após aparece o alferes real do lugar, Sepé Tiaraju, acompanhado pelos correligionários Ignacio de Iapuy, Felipe Subay e Miguel Taimacay, alcaide de São Miguel. Portanto, eram os altos representantes do Cabildo que se faziam presente.

Sepé forneceu gado aos espanhóis e negou aos portugueses, com isso, ele pretendia impedir a passagem dos lusitanos, visto que, aos seu ver, eram súditos de outro rei, ao passo que índios missioneiros e espanhóis eram súditos de um mesmo rei. Sepé teria proferido: "Essa terra é nossa; nós a recebemos de Deus e de São Miguel", ou seja, aquela terra tinha dono. Permitir a entrada dos demarcadores, equivalia permitir a entrada de homens que vinham apropriar-se da terra que Deus e São Miguel haviam lhe dado.

Os demarcadores espanhóis eram liderados pelo Capitão Francisco Bueno de Zavala, este tentou persuadir os índios para que deixassem executar o seu trabalho. Nesse momento, Sepé comunica que recebera ofício do Governador de Buenos Aires, José de Andonaegui, comunicando haver uma "cédula real de 1749" que ordenava fortificar as terras missioneiras e não permitir a entrada de nenhum português.

Realmente em 1749 o rei Fernando VI expedira tal ordem para deter o avanço português no Prata, entretanto naquele atual momento, pós Tratado de Madri, a cédula real havia caducado.

Índios e Comissários não chegavam a um consenso. O Comissário Echevarria enviou para o padre de São Miguel, Pe. Herrera uma carta solicitando sua presença para esclarecer tal situação.

O cura de S. Miguel não apareceu. Os comissários supuseram que os missionários eram coniventes com os índios.

Baseados no 4º artigo das "Instruções Reservadas" que prescrevia a retirada das forças, ante a superioridade das forças do inimigo, os comissários retiraram-se para Montevidéu e Buenos Aires. Os portugueses iam para a Colônia de S. Sacramento. Eles retrocederam e não avançavam na delimitação do território. Isso foi uma vitória para os índios.

Devido ao fracasso dos comissários, o Pe. Altamirano passa a defender junto a Valdelirios que se usassem de armas contra os indígenas, só assim eles abandonariam seus povos.

A revolta já era incontrolável.

5. A PRIMEIRA CAMPANHA (1754)

Como já dissemos, os portugueses haviam construído ranchos no rio Pardo, perto das estâncias de São Luiz, São Lourenço e São João. Contra essa ação, 350 guarani-missioneiros reagiram e no dia 22 de fevereiro de 1754 atacaram e mataram dois negros e 14 portugueses no rancho. Como os demais portugueses fugiram, alguns índios passaram a pilhar as choças e

entreteram-se em carregar os fardos que encontravam na choça maior. Aos poucos, os portugueses retornavam do mato e prepararam uma tocaia para os índios. A medida que eles iam saindo da casa, os portugueses matavam-os (morreram 30 índios). Estava deflagrada a guerra nas Missões.

Em 24 de março de 1754 se reuniram na Ilha de Martin Garcia os comissários Valdelirios e Gomes Freire com o Governador de Buenos Aires para organizarem um *plano de ação contra as Missões*; os dois exércitos aliados deviam marchar separados. O exército espanhol, sob às ordens do Governador de Buenos Aires, D. José Andonaegui deveria atacar o povo de São Borja (até 15 de julho), quando assinariam o limite das Missões, ao passo que o exército lusitano atacaria ao mesmo tempo o povo de Sto. Ângelo. Uma esquadrilha dominaria as águas do rio Uruguai e impediria a vinda de qualquer socorro da margem direita do rio.

Enquanto a força luso-espanhola aceitava as estratégias da Guerra, 500 missioneiros marchavam pela segunda vez contra Rio Pardo (29 de abril de 1754). Os índios procuraram surpreender a guarnição, encontrando cinco negros. Houve uma ligeira escaramuça, onde morreram os negros e 3 índios. Porém, no suceder dos acontecimentos, ocorreu a prisão de 53 indígenas e do líder Sepé Tiarajú. O líder conseguiu fugir, mas os demais foram levados à Vila de Rio Grande. Durante o percurso fluvial de Rio Pardo a Rio Grande, 39 índios morreram, sobrando apenas 14, que chegaram até Gomes Freire. O general nada fez e mandou de volta para os seus povoados.

Em maio começava a movimentação das tropas espanholas. O exército de Andonaegui, composto por 2.000 homens partiu de Buenos Aires, quando já principiava o frio do inverno. Em 15 de julho, o dia "D" ainda não se encontrava à altura do salto grande do rio Uruguai. Além disso são atacados por bandos de índios de La Cruz e Japejú.

Além disso, as chuvas constantes do inverno arrasavam as estradas, as tropas estavam enfraquecidas, devido a falta de víveres. Esses elementos facilitaram a deserção de muitos homens.

A tropa portuguesa marchava desde abril, da Colônia do S. Sacramento, chegando somente em setembro à cercania do rio Jacuí.

Enquanto as tropas marchavam para conquistar as Missões, mais de 2.500 guarani-missioneiros, oriundos de diversos povos, preparavam-se para enfrentar os luso-espanhóis (9 de setembro de 1754).

A reação indígena foi constante, pois desde que Andonaegui saiu do *Rincão das Galinhas* (margem esquerda do rio Uruguai), em maio, até o acampamento próximo Japejú, os índios boicotaram a ação espanhola. Já no *Rincão*, 8.000 indígenas faziam guerrilha contra as tropas de Andonaegui.

Quando a tropa espanhola estava alojada próximo a Japejú, em setembro, 300 índios avançam sobre eles.

O episódio de Japejú inicia quando os índios roubaram 400 cavalos e mataram uma dezena de espanhóis. Devido a isso, Andonaegui ordena que 400 espanhóis entrassem matando a dentro para caçar os guarani-missionários responsáveis. Vários deles foram encontrados. Andonaegui lhes pergunta o motivo daquela ação, ao que respondem: "*Defendemos as terras das Missões que Deus nos deu*".

Andonaegui exige, por fim, que se rendam. Ao contrário, os índios fizeram uma gritaria, insultando os espanhóis. Agitavam suas bandeiras e estandartes. Tem início o combate, que resultou na morte de 230 índios e prisão de 72, além da apreensão dos estandartes, bandeiras e canhões. Do lado espanhol, morrem 4 e 24 ficam feridos.

Devido a sublevação dos habitantes de Japejú, desaparecem as esperanças de conquistar as Missões. A tropa inicia a retirada para Buenos Aires sem conquistar São Borja (7 de março de 1755). Na verdade, fariam plano de uma nova expedição.

A tropa portuguesa, ao seu turno, deslocava-se de Rio Grande para Rio Pardo. Entre as intempéries teve de enfrentar uma avassaladora enchente. Foram sete dias de chuvas, o que prejudicou o avanço dos soldados. No início de setembro, o Gen. Gomes Freire chegava com 9 embarcações em Rio Pardo, trazia consigo 200 soldados. Atravessou o rio Jacuí e acampou nas faldas dos montes do Butucaraí.

Gomes Freire, desejando achar caminho fácil para as Missões envia uma expedição de batedores paulistas sob o mando do Ten. de Dragões Francisco Pinto Bandeira, para que ocupe a posição mais extremada junto à fronteira das Missões. Assim, nasce Rio Pardo, junto à antiga estância do Povo de São Luiz.

No dia 17, chegam ao passo do Ibicuí. Lá estavam os índios, afirmando aos portugueses que não tinham licença para deixá-los passar. Vem um grupo de índios, trazendo, à frente, a imagem de Nossa Senhora. É uma embaixada com carta a Gomes Freire, estimando por sua saúde. Assim durante vários dias, seguem-se outras embaixadas de índios sempre dizendo que seria um favor os portugueses abandonarem suas terras e voltarem à Rio Pardo. Grandes chuvas provocaram a cheia do rio. Logo, começou a alagar-se o local do acampamento português.

Como o campo dos índios era mais alto, ali a água não chegava. Gomes Freire mandou que a tropa fosse para o acampamento inimigo, para livrarem-se do perigo da inundaçãõ e que abrisse um caminho no mato (para que

eles pudessem passar em uma canoa para o acampamento) porque a enchente haveria de chegar ali. Começaram os preparativos do outro lado do rio; os índios atrás de suas estacadas, vendo a movimentação dos portugueses, mandam uma embaixada com bandeira branca. Sabedores do motivo, que levava as tropas a se movimentarem, os índios deram permissão para que passassem, para a outra banda do rio, 40 ou 50 homens. Vieram 5 índios armados falar com Gomes Freire.

As tropas puseram-se em prontidão às pressas. A patrulha de índios, que chegava, era comandada pelo cacique de São Miguel, capitão Sepé, e disse ao General Freire que não intentassem os portugueses irem adiante, porque aquelas terras eram suas e que eles tinham um grande número de índios. Se tentassem a invasão seria derramado o sangue de inúmeros cristãos, pois os índios receberiam os inimigos à força das armas.

Saíram 3 oficiais portugueses à procura de terreno seco no campo dos guarani-missionários. Chegando no alto da lomba apareceram de repente 18 índios a pé, que os fizeram correr de volta lomba abaixo. A patrulha paulista acudiu e os índios embrenharam-se no capão. Dia 13, saiu, de sua estacada, uma multidão de índios cobrindo todas as lombas do seu campo, armados e deitando bandeira vermelha numa banda e branca noutra. Os portugueses fizeram frente à entrada de campo índio com sua companhia. Os índios não se moveram, apenas responderam com três tiros de espingarda aos três tipos de portugueses. Os caciques enviaram 2 índios, solicitando, em seu nome, uma audiência com Gomes Freire. Este manda-lhes dizer que os recebe no acampamento.

Os índios retornam e protegem-se na estacada, dando vários tiros de espingarda de pólvora seca.

O acampamento português ficou cercado d'água; Gomes Freire mandou fazer uma balsa e ordenou que invadissem o campo inimigo para se livrarem da enchente. Alguns oficiais haviam feito barracas sob girais altos e até por cima das árvores. Os portugueses resolveram passar para o lado mais alto da outra margem (em frente ao acampamento índio) junto aos matos do rio Jacuí.

Chega então um espanhol tenente dos dragões, dizendo a Gomes Freire que suspenda o avanço e aguarde, aí, novas orientações, ao que atende prontamente; resolve esperar a carta de Andonaegui. Fogem 3 peões e 2 paulistas indo dizer aos índios que a finalidade dos portugueses era matá-los. No dia seguinte, um índio deixa uma carta, dizendo terem chegado de São Luiz, ao acampamento, mais índios. Começaram a aparecer índios por trás das estacas, a meia légua do acampamento português. Dia 23 de outubro,

sendo aniversário do Rei D. Fernando, Gomes Freire ordena que, em sua homenagem, arrumem-se as tropas, dêem-se 21 tiros de artilharia e 3 amiúde. Isto provoca um alvoroço entre os índios, porque pensavam que era o início da guerra.

Aparecem inúmeros deles por trás das estacadas. Envia nova embaixada de um cacique, prometendo mil reses, para que os portugueses se retirem. Durante a noite, ouviram, no acampamento, o toque dos tambores dos tapes. Pelo amanhecer, as estacadas mostram-se cheias de índios, por trás delas filas de índios. Colocam eles uma bandeira branca, fazendo sinal de que desejam dialogar, ao que respondem os portugueses com outro aceno de bandeira branca e cinco tiros, dando, assim, a permissão para a conferência. Os combatentes solicitam que o General Gomes Freire venha-lhes falar, ao que aceita convidando-os para virem até o acampamento. Vem a embaixada. Parte dela fica à distância, enquanto os índios avançam com mais quatro dos seus. Para tal cerimônia do encontro havia Gomes Freire mandado estender um tapete no chão e colocar uma cadeira de campo para sentar-se. Nos 4 cantos do tapete, postaram-se 4 militares portugueses e, fora dele, ficaram 12 dragões, atrás destes, umas poucas peças de artilharia de campanha (entre elas um soldado preto e outro branco).

No dia 12 de novembro, chegava um emissário de Andonaegui afirmando que a retirada era inevitável. Nessas condições, Gomes Freire tratou do armistício com os guarani-missioneiros. Essa trégua foi feita sob a condição da suspensão das armas e garantia para a dilatação da fronteira portuguesa em mais de quarenta léguas, ocupando efetivamente todas as terras ao leste do rio Jacuí, onde estava o gado das Missões.

Entre os dias 14 e 16 de novembro os caciques dos Sete Povos assinaram o armistício. A retirada portuguesa de Rio Pardo iniciou em 21 de novembro e no dia 9 de fevereiro de 1755 as tropas chegavam em Rio Grande.

6. A TRÉGUA

Após a assinatura do Armistício entre o Gen. Gomes Freire e os caciques dos Sete Povos, os guarani-missioneiros voltam às suas cidades acreditando que haviam limitado os portugueses à confluência dos rios Jacuí e Pardo.

De volta às Missões, os guarani-missioneiros procuravam recuperar a produção, reanimam os demais e terminam com o alvoroço. Entretanto, na

missa do natal de 1754 os padres alertavam que a paz era transitória. Um dia após os índios ainda tinham dúvidas sobre aquele sermão, mas não o esqueciam.

Mas, por via de dúvida, na guarda de fronteira, os bombeadores nem piscavam o olho, atentos, para avisar aos caciques qualquer coisa de anormal.

Na Espanha distante, a corte de Fernando VI não via com bons olhos o marasmo e o fracasso das tropas espanholas frente a questão de delimitação da fronteira. Em outubro de 1755 o Ministro Wall, do rei espanhol, envia comunicação ao gabinete de Lisboa, assegurando que Andonaegui seria substituído e o Tratado executado, ou seja, as operações militares deveriam ser tomadas na maior brevidade possível. Para cumprir isso, no dia 20 o Ministro ordenava que se enviassem 600 infantes e 400 dragões com seus oficiais, para guerrear em no Prata. Também ordena que o jovem governador de Montevidéu, José Joaquim de Viana, se inteirasse das manobras militares.

Mediante esses acontecimentos, Andonaegui percebe que o prestígio do rei, a fama do exército espanhol e seu prestígio pessoal requeriam uma segunda ação militar nas Missões.

Andonaegui convoca para um Conselho de Guerra o Governador de Montevidéu, D. José Viana e Valdelirios, apresentando um plano de campanha que previa a ocupação de Santa Tecla por 400 soldados espanhóis. Esses homens seriam comandados por Viana.

O Gen. português, Gomes Freire, ocupava o canal de São Gonçalo, efetivando o estipulado no Acordo com os índios, quando recebeu a visita de Viana. Esse vinha dar conhecimento ao Gen. que havia um novo plano estratégico de conquista das Missões, onde os dois exércitos marchariam juntos, o que teve o "aceite" de Gomes Freire. Após Viana regressa à Montevidéu, para arringitar homens.

Em dezembro de 1755 os exércitos estavam refeitos. Agora, existia apenas uma tropa, a luso-espanhola, um autêntico "trem de guerra" que não pediria passagem, imporia! A guerra das Missões estava organizada. Os espanhóis marchavam até Aceguá, ponto de encontro com o exército português, que marchava de Rio Grande. De Aceguá invadiriam Santa Tecla num piscar de olhos.

7. A SEGUNDA CAMPANHA (1756)

Em 7 de dezembro de 1755, Gomes Freire reuniu seu exército no forte de S. Gonçalo, partindo para o lugar indicado com 1.600 homens. Levava 152 carretas, 3.769 cavalos, 261 bestas muares para transporte, 1.816 bois de carros. Quatorze manchengos transportavam a munição. Além disso, 250 pessoas acompanhavam o exército, eram as mulheres dos soldados, os escravos dos oficiais, também peões, vaqueanos e comerciantes.

Andonaegui trazia 2.300 pessoas. O efetivo do exército era composto de 170 dragões, 300 infantes 1.200 milicianos. Os restantes 630 eram civis, peões, corregedores, comerciantes e carreteiros para transportar 200 carretas. Além disso levavam 7.000 cavalos, 800 mulas e 6.000 vacas. A saída de Montevideú ocorreu a 4/12/1755.

Em janeiro de 1756 as tropas luso-espanholas iniciavam sua luta e decidida marcha às Missões. Ao contrário da fracassada primeira campanha, estrategicamente os exércitos se uniram, formando um só corpo.

Em 16 de janeiro de 1756, juntavam-se os dois exércitos. Os espanhóis, já acampados, receberam os portugueses com uma salva de 13 tiros de artilharia e toda a tropa formada: infantaria, cavalaria, dragões, correntinos, alguns de Santa Fé e peões; uns com armas e outros com lanças: todos a cavalo. Na vanguarda dos portugueses, veio a infantaria com as carretas, artilharia grossa, com carros de munição e palamenta. A cavalaria marchou, metade na vanguarda e metade na retaguarda. Na vanguarda de cada companhia de granadeiros, marchou uma peça de artilharia de amizade e um muar carregado com cunhetes de cartuchos de lanternas e bala-mestra para ocasião repentina. A 18 de janeiro, o general castelhano denunciou que, na retaguarda portuguesa achavam-se 5.000 índios à distância de 2 léguas, porque 5 deles haviam saído de encontro a 60 carretas castelhanas e disseram aos peões e carreteiros que os espanhóis, se quisessem, poderiam entrar nas Missões, não, os portugueses por terem estes faltado com à palavra dada no passo do Jacuí (de não entrarem nos povoados sem novas ordens dos monarca e que estas ainda não haviam chegado).

Dia 21 marcharam os dois exércitos até Santa Tecla. Um índio foi aprisionado porque estava espionando o acampamento português. No posto de Santa Tecla, não foi achado nenhum índio e muito menos animais, apenas sinais dos ranchos queimados, restando apenas a capela de pau-a-pique (barreada no fundo e coberta de palha, mas desfeita nos seus ornamentos. Em frente à porta, pelo lado oeste, restava a cruz de madeira). Os exércitos continuaram avançando pelos campos das Missões e foram encontrando

todos os pastos queimados pelos índios. O governador de Montevidéu, que comandava um contingente castelhano encontra-se com alguns índios. Um deles diz-lhe que não adentrassem, nem castelhanos, nem portugueses, em suas terras, porque elas eram de São Miguel.

Nesse mesmo dia, Tiarajú marchava com 100 índios, miguelistas. Após vieram mais 400. Nos dias que se seguiram foi arregimentada uma tropa de mais de 1.350 guarani-missioneiros, na seqüência: S. Miguel – 400; Sto. Ângelo – 200; S. Lourenço – 50; S. Luiz – 150; S. Nicolau – 200; S. João – 150; Concepción – 200. A tropa guarani-missioneira começou a reencenar a tática de guerrilha.

Tiarajú observava demoradamente a movimentação do exército luso-espanhol. Via que era impossível um combate com os seus 1.400 homens, assim empreende as emboscadas para retardar o avanço dos inimigos. Enquanto isso, ganhava tempo para arregimentar todo o exército guarani.

O plano dos guarani-missioneiros se constituía em impedir que o inimigo atravessasse a Serra Geral. Assim, os índios talavam a região procurando de todos os modos o alcance dos luso-espanhóis, incendiando os macegosos campos, retirando gados, destruindo os ranchos, arrasando as plantações das lavouras, inquietando os acampamentos, fazendo ciladas e massacrando os descuidados soldados que se perdiam na terra desconhecida.

Em fevereiro de 1756, continuando a marcha, os aliados passam pelas estâncias dos índios, mas encontram-nas vazias. Até as plantas haviam sido destruídas: as melancias picadas, os milhos sem espigas e mortos os animais que não conseguiram ser levados em retirada. Descobriram, extraviadas, algumas reses. Quando as estavam carneando, surgiram muitos índios, detrás das lombas, e mataram os portugueses, poucos deles conseguiram escapar.

Dia 7, acampados junto ao rio, à tardinha, viram-se muitos índios marchando ao pé de um mato, à distância de meia légua. Marcharam os exércitos sobre os índios, já às 8 horas da noite, ao clarão do luar. Logo a primeira descarga mataram um grande número de índios; entre eles, o capitão Sepé, atingido pelo Governador de Montevidéu. Tiaraju, em uma escaramuça, matara 16 espanhóis que saíram a reconhecer terreno nos campos de Batovi. D. José Viana perseguiu os índios a princípio com 75; depois com 20.

Nessas escaramuças, morre um cacique chamado Sepé derrubado do cavalo por um golpe de lança e finalmente, com um tiro de pistola pelo comandante Viana.

Os companheiros de Sepé conseguiram fugir, ficando somente o morto, em cujos bolsos foram encontradas duas cartas, uma de um morubi-

xaba missioneiro e, outra, sem assinatura. O corpo de Sepé foi atirado junto ao rio. A noite, voltaram os índios que o acompanhavam e cavaram ali mesmo, celebrando suas exéquias com hinos e cantos aprendidos nas igrejas das Missões.

Das tropas indígenas, já desgastadas frente ao inimigo, capitulariam, aproximadamente 1.500 missioneiros no massacre de Caiboaté (10/2). A resistência manter-se-ia até o mês de maio, no último encontro do dia 10, próximo ao povoado de São Miguel. No dia 17, Gomes Freire entra triunfante no último foco de rebeldia e o domina. A paz ibérica vencera!

Andonaegui montou o seu quartel-general em São João, ao passo que Gomes Freire localizou-se em Santo Ângelo. Os índios não resistiam mais.

Em Santo Ângelo, Andonaegui obrigou os homens dos Cabildos dos outros povos a lhe prestarem obediência, o que aconteceu.

No começo de junho inicia a esparsa transmigração dos missioneiros. Em outubro, Andonaegui noticiava que mais de 7.000 famílias estavam instaladas na margem esquerda do rio Uruguai, mas também afirmava que centenas de índios espalhavam-se pelos campos e matas, dispersando-se da vida missioneira. Todavia, outros tantos índios mantiveram-se nos Sete Povos e como os demarcadores não deram continuidade ao seu trabalho, ali se mantiveram.

Praticamente, em dezembro de 1756 a Guerra Guaranítica tinha chegado ao seu fim.

As tropas guarani-missioneiras sucumbiram ante ao poderoso exército luso-espanhol, devido:

– a *modernidade do armamento dos luso-espanhóis*, modelos de última geração, ao passo que o guarani usava lança, flecha, três peças de artilharia de calibre em poucas centenas de espingardas;

– a *construção e pulverização de fortificações* que se tornavam uma ameaça constante. A fortificação multiplicava rapidamente as frentes de batalha, pois representava o poder militar estabelecido, tornando-se um elemento aglutinador que expandia a fronteira portuguesa na região do Prata. Desde Rio Grande até Rio Pardo, passando por Santo Amaro, São Miguel e Santa Tereza, os lusos iam inserindo essa área no domínio português;

– a *presença constante de milícias brancas* na região possibilitou aos antimissioneiros ampliar o conhecimento geográfico das vias de acesso às Missões. Desde a década de 40 do século XVIII os tropeiros empenhavam-se na abertura do "Caminho das Missões" que depauperava o gado das estâncias jesuítico-guaranis, levando-o às Minas Gerais do Brasil;

– a presença constante de tropas luso-espanholas, desde o final de 1755, com um contingente militar mais numeroso, com treinamento tático aprimorado, os brancos venceram os índios que usavam a técnica de guerrilha. Veja a marcha luso-espanhola na Batalha de Caiboaté, que dizimou centenas de índios.

8. A LUTA PELA TERRA: A CONSCIÊNCIA INDÍGENA (CONCLUSÕES)

A Guerra Guaranítica é o descontentamento, a revolta dos guaranissionários contra as imposições do Tratado de Madri, porque ele obrigava os índios a abandonarem suas terras, plantações, gado e residências. É visível que o Tratado consagrava a paz e os interesses dos monarcas ibéricos, mas sangrava a guerra, porque não interessava aos índios. Os reis impunham a transmigração para os índios, mas não pensavam o significado amplo que isso tinha.

Além disso, o Tratado pontuava rios, montanhas e campos, porém negava o espaço socioeconômico ali organizado, espaço esse que teve uma lenta evolução histórica de pelo menos cento e cinquenta anos.

O guarani não lutou contra o rei, ele lutou pela posse da terra. Quando Sepé morreu encontrou-se com ele duas cartas onde se verificava a luta pela terra, que dizia: "Deus Nosso Senhor foi o que nos deu estas terras". Por isso, eles não acreditavam "jamais, quando diga, vós outros índios dai vossas terras e quanto tendes aos portugueses: não o creremos nunca, não há de ser assim, e só se acaso se as quiserem comprar com o seu sangue; nós outros, todos os índios, as haveremos de comprar". Sepé já havia afirmado anteriormente: "essa terra tem dono", agora a pólvora do branco evidenciava que "essa terra teve dono". Nesse momento é oportuno lembrar a tradição oral que diz: "quem faz gemer a terra... Em nome da paz não vêm!" (Lunar do Sepé). Em suma, a luta era pela terra, onde o Tratado de Madri não é visto como um Acordo de paz, mas de discórdia, porque se queria fazer com a terra do índio, tornando-o "sem-terra".

Porém, d'além mar, nas Cortes Ibéricas, a compreensão da guerra era outra. De imediato os padres foram culpados e o antijesuitismo se alastrou além das fronteiras das metrópoles. Os pensadores da Ilustração passam a ter convicção de que os índios, enquanto "bons selvagens" eram incapazes de ter consciência sobre os seus atos e, portanto, os instigadores da guerra só poderiam ser os jesuítas. Anos após o término da guerra os jesuítas foram

expulsos de Portugal, França, Espanha e América e mais tarde ainda a Ordem dos jesuítas foi extinta, nesses momentos o pretexto continuava sendo a guerra guaranítica, o que significa que ela estava viva nos processos que desmantelavam à míngua a Companhia de Jesus. Contrária ao que de fato ela foi, a guerra continuava tendo uma abrangência além daquilo que os guaranis fizeram.

É importante estudar essa guerra na medida em que ela simboliza um dos raros momentos de reação indígena às imposições da Coroa, pois ela foi planejada e pensada pelos índios que assim o fizeram devido as suas necessidades. Mas ela também nos fornece a medida exata das incoerências das cortes ibéricas, pois o Tratado de Madri não resolveu em definitivo as limitações fronteiriças de Espanha e Portugal na zona do rio da Prata, posto que em 1761 foi o próprio rei espanhol, Carlos III, quem tratou de anular os artigos referentes ao sul do Brasil. De que adiantou os luso-brasileiros lutarem contra os índios? A partir de 1763 novamente os guarani-missioneiros são convocados pelo Governador de Buenos Aires para lutarem contra os portugueses na invasão a Rio Grande. Até 1801 a geopolítica do Prata manteve-se indefinida.

Por fim, é mister ter bem claro que a guerra guaranítica não só demonstrou a violência do colonizador sobre o índio, mas também abriu uma ferida nas relações entre a Coroa e as Missões, a partir desse fato o modelo missioneiro entra em crise e passa a declinar, a realidade mais visível disso foi o decréscimo populacional e a insatisfação do índio. (Do último ato da peça "Morte aos Brancos")

*"Exige a Lei
Manda el Rei
Senhores jurados,
que sejam esses
Infames índios e padres
Bem condenados
Para que nas Páginas da história
Fique de Portugal e de Espanha
Eterna glória
E saiba a posteridade
Que nós soubemos defender
- Com firmeza e Garbo -
A ordem e Propriedade!"**

* VIEIRA, César. *Morte aos Brancos - A Lenda de Sepé Tiaraju*, Porto Alegre: Tchê, 1987.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS BRASIL, Gen. *Batalha do Caiboaté*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- BARRAL GÓMES, Angel. *Rebeliones indígenas en la América Española*. Madrid: Mapfre, 1992.
- CARBONELL DE MASY, Rafael. *Estrategias de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)*. Barcelona: Antoni Bosch, 1992.
- CORTESÃO, Jaime. *Do tratado de Madri à conquista dos Sete Povos* (manuscritos da Coleção de Angelis). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.
- CUNHA, Cap. Jacinto R. Diário de expedição de Gomes Freire. *RIGHB*, 16(3):139-239, 1853.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: EST/ICHRS, 1983.
- GADELHA, Regina M. A. F. *As Missões Jesuíticas do Itatim*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- HOORNAERT, Eduardo (org.). *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990.
- KRATZ, Guillermo. *El tratado hispano-portugues de limites de 1750 y sua consecuencias*. Roma: Instituto Histórico, 1954.
- KERN, Arno A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- LEVENE, Ricardo (org.) *História das Américas*. Rio de Janeiro: Jackson, 1847, v. III.
- LAS CASAS, Fr. Bartolomeu. *O paraíso destruído* (1. ed. 1552). Porto Alegre: L&PM, 1984.
- PRIEN, Hans-Jürgen. *La historia del cristianismo en America Latina*. Salamanca: Sigueme/São Leopoldo: Sinodal, 1985.
- ROMANO, Ruggiero. *Os mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- SANTOS, Julio R. Quevedo. *RS: aspectos das Missões em tempo de despotismo esclarecido*. Porto Alegre: Martins, 1991.
- . *As Missões: crise e redefinição*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS HARNANDEZ, Angel. *Los jesuitas en America*. Madrid: Mapfre, 1992.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *Missões Jesuíticas: fronteiras coloniais no Prata*. Canoas: La Salle/IEDB, s.d.
- SEPP, Pe. Antonio. *Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1980.
- SILVA, Pe. Antonio A. (org.). *História da evangelização na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- TORRONTEGUY, Teófilo O.V. A decadência das Missões: uma nota interdisciplinar. *Anais – X Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: UNIJUÍ, 1994.
- WITTER, José Sebastião. Os Estudos Missionários e os arquivos da memória nacional. *Anais – X Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: UNIJUÍ, 1994: 360-372.